

**PROCESSO Nº 052/2018.**  
**CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2018.**  
**EDITAL Nº 036/2018.**

## **PREÂMBULO**

**A PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ**, situada na Rua Aroeira, nº. 482, Vila das Árvores, Tarumã SP, telefone (18) 3373-4500, através da Comissão Municipal de Licitações, constituída pelo Decreto n.º 1843/2018, de 02 de janeiro de 2018, atendendo à Requisição de Serviços emitida pela Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Obras e Serviços Urbanos, torna público aos interessados que fará realizar Licitação, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, nos termos das diretrizes contidas na Lei Federal n.º. 8666/93, de 21 de junho de 1993, e posteriores alterações, Decreto Federal n.º. 7.892/2013, Lei Complementar n.º. 123/2006, bem como pelas condições estabelecidas neste Edital de Concorrência Pública e Anexos.

## **I- DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é a **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS E FUTURAS CONTRATAÇÕES DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO COM UTILIZAÇÃO DE CBUQ – CONCRETO BETUMINOSO USINA A QUENTE SOBRE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EXISTENTE NO MUNICÍPIO DE TARUMÃ**, conforme descrição contida nos Anexos deste edital, com recebimento do envelope nº I - "Habilitação"; e envelope II - "Proposta Comercial", nos dias úteis no horário de expediente, das 8h30min às 16h00min, e até **as 09h00min do dia 17 de maio de 2018**.

1.2. Os serviços especificados nos futuros contratos a serem formalizados durante a vigência da presente ata de registro de preços deverão ser executados e concluídos em até **90 (noventa) dias**, contados a partir da data da emissão da Ordem de Início de Serviços – OIS, prorrogáveis na forma da lei, devidamente justificado e conforme as condições estabelecidas no edital e seus anexos.

1.3. Eventual alteração do cronograma de execução será obrigatoriamente formalizada por meio de Termo Aditivo ao contrato, respeitadas as disposições da Lei Federal n.º 8.666/93.

1.4. Os serviços licitados serão executados nas ruas e avenidas do município de Tarumã, sendo que as especificações técnicas para a execução dos serviços a serem contratados estão especificadas neste edital e seus anexos, que ficam fazendo parte do presente instrumento convocatório.

1.5. No presente instrumento e seus anexos encontram-se listadas todas as especificações e exigências para a regular execução das obras e serviços a serem contratados, sendo adjudicado o objeto ao licitante que ofertar o **MENOR PREÇO GLOBAL** para a sua completa execução.

1.6. Os valores ofertados serão a única remuneração pela prestação dos serviços contratados, correndo por conta da contratada todas as despesas com a execução do objeto licitado, tais como combustível, operador(es) das máquinas, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da entrega e da própria prestação dos serviços.

1.7. Os pagamentos serão efetuados após a aprovação das respectivas medições pela Administração Pública Municipal e serão pagos, após o recebimento dos serviços contratados.

## 1.8. – Das micro-empresas e empresas de pequeno porte

1.8.1. Para obter os benefícios da Lei Complementar n.º 123/06, a qualidade de microempresa ou empresa de pequeno porte deverá requerer por expresso (Anexo 7), nos termos do disposto no artigo 72 da referida Lei Complementar N.º 123/06, bem como apresentar **CERTIDÃO DA JUNTA COMERCIAL** ou pelo **Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas**, conforme o caso.

1.8.2. Para se enquadrar na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples e o empresário a que se refere o artigo 966 da Lei n.º 10.406/02, devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, deverão cumprir as disposições do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/06, além de, não incorrer em nenhuma das exceções contidas nos incisos I a X do § 4º do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/06.

1.8.3. Ficam desde já advertidos os licitantes que a prática de qualquer ato no sentido de admitir que sua entidade empresarial é empresa de pequeno porte ou microempresa a fim de obter tratamento diferenciado no certame, quando não se enquadrar nos termos do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/06, ou quando estiver inserida nas situações elencadas nos incisos I a X do §4º do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/06, constitui fraude à realização de ato do procedimento licitatório, sujeitando o infrator às penalidades previstas no artigo 93 da Lei n.º 8.666/93.

1.8.4. No presente certame licitatório será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

1.8.5. Entende-se por empate, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

1.8.6. Para efeito do disposto nos itens 1.8.4. e 1.8.5., ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

1.8.7. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

1.8.8. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do item 1.8.7., serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do item 1.8.5., na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

1.8.9. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

1.8.10. Na hipótese da não-contratação nos termos previstos nos itens 1.8.4., o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

1.8.11. O disposto neste item 1.8.6. somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

1.8.12. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

## II - DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. As obras e serviços serão executados sob a forma de **execução indireta**, no regime de **empreitada por preço unitário**, do tipo menor preço, conforme especificações contidas no presente instrumento e seus anexos, com a composição de preços unitários apresentadas pelo licitante vencedor em sua proposta comercial.

## III – DA VISITA TÉCNICA

3. A Visita Técnica será realizada **até o dia 16 de maio de 2018, das 09h00min. às 16h00min.**, devendo os interessados estarem presentes à Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Obras e Serviços Urbanos, sito Rua Aroeira, 484 – Vila das Árvores – Tarumã – SP, onde será emitida declaração de visita.

## IV - APRESENTAÇÃO E CONTEÚDO DOS ENVELOPES

4.1. Os envelopes, constituídos de "Habilitação" (documentação) e "Proposta Comercial", deverão ser entregues no Setor de Protocolo da PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ, sito na Rua Aroeira, 482, Vila das Arvores – Tarumã (SP), **até às 09h00min. do dia 17 de maio de 2018, tendo a sua abertura às 09h10min. do dia referendado.** Os envelopes deverão ser fechados e não transparentes, contendo, em suas partes externas, os seguintes dizeres:

**A/C Comissão Municipal de Licitações**

**Nome da Empresa**

**Endereço completo**

**Processo nº 052/2018**

**Concorrência Pública nº 001/2018**

O primeiro, com subtítulo: **Envelope nº I - "HABILITAÇÃO"**

O segundo, com subtítulo: **Envelope nº II - "PROPOSTA COMERCIAL"**

4.2. O conteúdo dos envelopes será apresentado cada qual em uma única via, com todos os elementos de cada um dos envelopes agrupados em pastas, cadernos ou volumes, com suas folhas rubricadas e numeradas sequencialmente da primeira à última, independentemente de estarem montadas em mais de um volumes, de forma que a numeração da última folha reflita exatamente a quantidade total de folhas da respectiva documentação.

## V - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5. Somente poderão participar desta Concorrência, na qualidade de licitantes, empresas que não incorram nos impedimentos previstos no art. 9º da Lei Federal nº. 8.666/93 e ainda que:

5.1. Estejam legalmente constituídas e tenham em seu objeto social atividade compatível com o objeto da presente licitação, bem como satisfaçam as exigências deste edital;

5.2. Na qualidade de empregadoras, não tenham tido Diretor, Gerente ou empregado condenado por crime ou contravenção penal em razão da prática de atos de preconceito de raça, de cor, de sexo ou de estado civil, ou pela adoção de práticas inibidoras, atentatórias ou impeditivas do exercício do direito à maternidade ou de qualquer outro

critério discriminatório para a admissão ou permanência da mulher ou de homem no emprego, nos termos da Lei Estadual nº 10.218 de 12/02/99;

5.3. Tenham recolhido a garantia de manutenção de proposta de que trata este edital;

5.4. Não estejam em processo de falência, concordata ou recuperação judicial;

5.5. Cumpram as normas relativas à saúde e segurança no trabalho dos seus funcionários nos termos do art. 117, parágrafo único da Constituição do Estado de São Paulo;

5.6. Não estejam impedidas de participar de licitações processadas nos âmbitos federal, estadual ou municipal, e nem foram declaradas inidôneas para os fins do disposto na Lei Federal nº 8.666/93;

5.7. Não será admitida a participação em Consórcio;

5.8. O ato da entrega da proposta pela empresa licitante já caracteriza declaração desta, sob as penas da lei, de que conhece todos os termos do edital e com eles concorda, e não há fatos impeditivos à sua participação e atende plenamente os requisitos de habilitação.

## VI – CREDENCIAMENTO

6. Do credenciamento:

6.1. Às empresas que participarem da presente licitação será permitida apenas 1 (um) representante legal que, devidamente munido de credenciais, será o único admitido a intervir em nome da empresa licitante nas fases do processo licitatório, respondendo para todos os efeitos, por sua representada.

6.2. Para comprovar a representação legal ou a qualidade de preposto da licitante, o credenciado entregará, juntamente com seu documento de identidade de fé pública (será aceito o RG – Carteira de Identidade Civil ou documento de Identidade expedido por Órgão de Registro Profissional):

6.2.1. Se procurador, procuração pública ou particular com firma reconhecida com poderes específicos para representar a empresa na licitação em todas as suas fases, a iniciar pela representação dos Envelopes de Documentos e da Proposta, e tomar todas e quaisquer providências e decisões referentes ao presente Licitação, em nome da licitante;

6.2.2. Se representante legal, cópia do contrato social, estatuto ou ata de eleição do dirigente da licitante;

6.2.3. Estes documentos deverão ser apresentados no início dos trabalhos, antes da abertura dos envelopes de Documentação e Proposta de Preço. No caso de cópias, as mesmas já deverão estar devidamente autenticadas ou acompanhadas do original para autenticação no ato por funcionário público com capacidade legal para tanto.

6.3. A não apresentação ou incorreção do documento de credenciamento não inabilitará a licitante, **mas impedirá o representante de se manifestar e de responder pela mesma.**

6.4. Não será permitida a participação de um mesmo representante para mais de uma empresa licitante.

## VII – DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

7. O envelope nº 1 - Documentação de Habilitação deverá conter:

7.1. Documentos de caráter geral:

7.1.1. Declaração subscrita por representante legal da licitante, elaborada em papel timbrado, conforme modelo específico (Anexo 8) atestando que:

- a) se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho (art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal);
- b) atende às normas relativas à saúde e segurança do trabalho (parágrafo único, art. 117, Constituição do Estado de São Paulo);
- c) na qualidade de empregadoras, não tem como Sócio, Representante, Administrador, Diretor, Gerente ou Empregado, pessoa condenada por crime ou contravenção penal, em razão da prática de atos de preconceito de raça, cor, sexo ou estado civil, ou pela adoção de práticas inibidoras, atentatórias ou impeditivas do exercício do direito à maternidade ou de qualquer outro critério discriminatório para a admissão ou permanência da mulher ou homem no emprego, nos termos da Lei Estadual nº 10.218 de 12/02/99;
- d) inexistente fato superveniente impeditivo à habilitação, ficando a proponente obrigada, sob as penas da lei, a declarar, quando de sua ocorrência, fatos supervenientes impeditivos à habilitação.

7.2. Documentos relativos à habilitação jurídica:

7.2.1. Registro comercial, no caso de empresário;

7.2.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

7.2.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

7.2.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.3. Documentos relativos à qualificação técnica:

7.3.1. Comprovação de possuir no seu quadro permanente, na data de apresentação da proposta, profissional(is) de nível superior detentor(es) do que segue:

- a) Atestado(s) ou certidão(ões) emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, acompanhado(s) do(s) respectivo(s) Certificado(s) de Acervo Técnico, expedido(s) pelo(s) CREA(s) da(s) região(ões) onde a(s) obra(s) e serviço(s) tenha(m) sido executada(s), que comprove(m) que o profissional executou ou participou de execução de obras e serviços conforme relacionados a seguir:

7.3.2. Para obras e serviços objetos deste Edital, consideram-se como parcelas de maior relevância o **RECAPEAMENTO ASFÁLTICO**.

7.3.3. A comprovação de vínculo profissional poderá se dar da seguinte forma:

- a) no caso de profissional empregado, por meio de Ficha de Registro de Empregado ou cópia autenticada da Carteira de Trabalho e Assistência Social - CTPS;
- b) no caso de profissional proprietário ou sócio da empresa licitante, mediante apresentação do contrato social em vigor;
- c) no caso de sociedade por ações, ato constitutivo em vigor, acompanhado da prova de eleição de seus administradores em exercício;
- d) no caso de profissional autônomo, mediante contrato de prestação de serviços, com cunho de permanência, sem natureza eventual ou precária.

7.3.4. Documentação, em nome da empresa, atestando o que segue:

- a) atestados ou certidões emitidos por pessoa de direito público ou privado, devidamente registradas nas entidades profissionais competentes, através de Certidão de Acervo Técnico (CAT) por execução de obra de características semelhantes ao objeto deste certame, limitando-se às parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo à execução da obra.

7.3.5. Prova de registro ou inscrição junto ao CREA competente, da empresa e de seus responsáveis técnicos.

7.3.6. Declaração de Visita Técnica expedida pela Secretaria Munic. Agric., Meio Ambiente, Obras e Serviços Urbanos.

7.4. Documentos relativos à qualificação econômico-financeira:

7.4.1. Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei e, quando se tratar de sociedade por ações, devidamente publicado na imprensa oficial, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, aceitando-se a apresentação de Balanço de Abertura para as licitantes com menos de 01 (um) ano de existência;

7.4.2. Demonstrativo dos índices econômico-financeiros a seguir mencionados, extraídos do balanço referido no subitem "7.4.1.":

- a) índice de Liquidez Corrente (LC), igual ou maior que 1,00 (um), obtido através da seguinte fórmula:

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

- b) índice de Endividamento (EN), não superior a 0,50 (cinquenta centésimos), obtido através da seguinte fórmula:

$$EN = \frac{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL EM LONGO PRAZO}}{\text{ATIVO TOTAL}}$$

- c) índice de Liquidez Geral (LG), igual ou maior do que 1,00 (um), obtido através da seguinte fórmula:

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL EM LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

7.4.3. Certidão negativa de Falência, Concordata ou Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor judicial da sede da licitante, no máximo, 60 (sessenta) dias antes da data fixada para o recebimento das propostas, se outro prazo não estiver assinalado em lei ou no próprio documento.

7.4.4. Caso a licitante tenha estado em regime de Concordata ou Recuperação Judicial, deverá apresentar, juntamente com a certidão positiva, prova de resolução judicial do processo, emitida há menos de 60 (sessenta) dias da data prevista para entrega da proposta, se outro prazo não estiver assinalado em lei ou no próprio documento.

7.4.5. Comprovar **Capital Social** através do Contrato Social, devidamente registrado na Junta Comercial, de no mínimo de **10% (dez por cento) do valor estimado das obras a serem contratados** na data da apresentação das propostas.

7.5. Documentos relativos à regularidade fiscal:

7.5.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ – do Ministério da Fazenda, comprovando situação ativa, sendo aceito documento extraído via Internet;

7.5.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;

7.5.3. Prova de regularidade referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) administrados pela Fazenda Nacional, consistente na apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), na forma prevista na Portaria PGFN/RFB Nº 1751, de 02 de outubro de 2014;

7.5.4. Certidão de regularidade de débito para com a Fazenda Estadual da sede da licitante, expedida pelo órgão competente e com prazo de validade em vigor;

7.5.5. Certidão de regularidade de débito para com a Fazenda Municipal da sede da licitante, quanto aos tributos mobiliários, expedida pelo órgão competente e com prazo de validade em vigor;

7.5.6. Certificado de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), com prazo de validade em vigor.

7.5.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, (CNDT).

#### 7.6. Informações complementares

7.6.1. Os documentos de habilitação poderão ser apresentados no original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração ou em publicação do órgão da Imprensa Oficial, ou ainda, qualquer outra forma prevista em lei.

7.6.2. A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

7.6.3. Fica assegurado o prazo de 05 dias úteis, prorrogáveis por igual período, para apresentação dos documentos comprobatórios de regularidade fiscal em caso de restrição na documentação par as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, em observância ao disposto no art. 43 § 1º da Lei Complementar 123/06 e posteriores alterações.

7.6.4. A Comissão Municipal de Licitações poderá solicitar esclarecimentos e informações adicionais para dirimir dúvidas que, a seu exclusivo critério, venham a surgir no exame da documentação apresentada, sendo, porém, expressamente vedada a anexação posterior de documento de habilitação que deveria constar do respectivo envelope.

### VIII – DA PROPOSTA COMERCIAL

#### 8. O envelope n.º I - Proposta Comercial deverá conter:

8.1. Carta Proposta Comercial, preenchida conforme minuta anexa a este edital, devidamente assinada por responsável legal da licitante, com sua identificação e cargo, contendo o carimbo com CNPJ e a denominação da empresa, na qual o preço global proposto esteja expresso em algarismo e por extenso, bem como conste a data base do orçamento;

8.2. Carta, conforme minuta anexa a este edital (Anexo 3), com indicação de pessoa(s) credenciada(s) a representar (em) a empresa e praticar todo e qualquer ato previsto ou referente ao processo da licitação, inclusive e especialmente desistir do direito de interposição de recurso, bem como para encaminhamento da Documentação de Habilitação, assinada pelo seu representante legal com aposição do carimbo de identificação;

8.3. Quando for o caso, para exercício do direito da preferência prevista na Lei Complementar nº 123/06, Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, preenchida conforme minuta anexa a este edital e Certidão expedida pela Junta Comercial na forma do art. 8º da IN nº 103/2007 do DNRC.

8.4. Para fins de elaboração de sua proposta, o proponente deverá atentar ao disposto no subitem 17.1. deste Edital.

8.5. Para a elaboração do preço global da proposta deverão ser adotadas a Planilha dos Valores Unitários de Referência, Planilha Orçamentária e Plano de Trabalho conforme constante do (Anexo 2).

8.6. Nos preços ofertados pelas licitantes deverão estar incluídas todas as despesas relativas a materiais, mão-de-obra, equipamentos, ferramentas, transportes, alimentação, condução e estadia do pessoal envolvido na execução dos trabalhos, bem como quaisquer outros dispêndios decorrentes, direta ou indiretamente, da realização do objeto desta licitação.

8.7. Todos os tributos, inclusive taxas, contribuições fiscais e parafiscais, encargos previdenciários e trabalhistas e emolumentos devidos em decorrência da execução do objeto da presente licitação, serão de exclusiva responsabilidade da licitante, que os recolherá sem direito a reembolso.

8.8. É vedado às licitantes inserir quaisquer informações complementares na Proposta Comercial, além dos requisitos nela solicitados, sob pena de desclassificação da proposta.

8.9. No caso de discrepância entre valores grafados em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor por extenso.

8.10. Durante o processo licitatório, não cabe desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão Municipal de Licitações.

8.11. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, contados da data da apresentação das propostas.

## **IX – DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO E DAS PROPOSTAS**

9.1. Na sessão pública de abertura dos Envelopes nº I das licitantes, a Comissão Permanente de Licitações analisará a documentação de habilitação e divulgará o resultado em sessão pública ou pelo Diário Oficial do Estado.

9.2. Será julgada inabilitada a licitante que deixar de atender a alguma exigência constante do presente Edital e seus anexos;

9.3. Em face dos artigos 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/06, a Comissão Permanente de Licitações promoverá o julgamento da habilitação das licitantes não enquadradas na condição de Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, e em relação a estas adotará o seguinte procedimento:

- a) serão analisados os documentos não integrantes da regularidade fiscal decidindo-se sobre o atendimento das exigências constantes do Edital, de forma que serão inabilitados os licitantes que apresentarem irregularidades em relação a estas exigências;
- b) será verificada a existência ou não de restrição de ordem fiscal, declarando-se:
- c) caso não haja restrição, o atendimento das exigências constantes do edital com a respectiva habilitação; ou
- d) a existência de restrição de ordem fiscal, com a habilitação fiscal com restrição em relação àquela Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, postergando sua apreciação de acordo com o § 1º do art. 43 da Lei Complementar nº 123/06, se for o caso.

9.4. Ocorrendo a situação estabelecida no subitem d. acima, a licitante Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte poderá se manifestar, na própria sessão, sob pena de decadência, sobre a desistência de sua proposta caso não vislumbre a possibilidade de

regularização da habilitação fiscal na forma da lei, isentando-se de eventual penalização na hipótese de ser declarada vencedora do certame.

9.5. Não ocorrendo à habilitação da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, na forma do previsto no subitem 9.12., serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do parágrafo 1º do art. 44 da Lei Complementar nº 123/06, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

9.6. Na hipótese da não contratação nos termos previstos no caput do artigo 45 da Lei Complementar nº 123/06 ou do não saneamento de falhas admitido nos termos do subitem 8.12. será retomada a fase de habilitação com designação de nova data para a reabertura da sessão de julgamento.

9.7. A Comissão Municipal de Licitações dará ciência aos interessados do resultado da habilitação, inclusive dos motivos que deram causa a eventuais inabilitações, na própria sessão e, se não presentes todos os representantes das licitantes, por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo (ofício), quando será dado início ao prazo para interposição de recurso administrativo.

9.8. Os envelopes contendo a documentação relativa à habilitação das Licitantes desclassificadas e das classificadas não declaradas vencedoras permanecerão fechados, sob custódia da Comissão Municipal de Licitações até a efetiva formalização da contratação da Licitante Adjudicatária.

9.9. Julgados os recursos eventualmente interpostos ou transcorrido o prazo recursal sem que as licitantes tenham utilizado desse direito, serão designados o dia, hora e local para abertura dos Envelopes nº II – Proposta Comercial.

9.10. A presente licitação, para efeitos de julgamento, é do tipo “Menor Preço”, e a Comissão Municipal de Licitações julgará e classificará as propostas pelo critério de menor valor global, observada a legislação em vigor.

9.11. Antes de efetuar a classificação, a Comissão Municipal de Licitações identificará e comunicará a participação ou não de Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, para fins de aplicação das condições especiais de que tratam os artigos 42 e 45 da lei Complementar nº 123/06.

9.12. Serão desclassificadas as propostas:

- a) Que não atendam a todas as exigências do ato convocatório, nos termos do inciso I do art. 48 da Lei de Licitações.
- b) Que ofereçam vantagens não previstas no Edital, bem como preços e vantagens baseados nas ofertas dos demais licitantes.
- c) Com valor global superior ao valor orçado pela Prefeitura de Tarumã ou com preços manifestamente inexeqüíveis nos termos do inciso II do art. 48 da Lei de Licitações.
- d) Consideram-se manifestamente inexeqüíveis as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

d.1.) Média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor global orçado pela Prefeitura de Tarumã, ou

d.2.) Valor global orçado pela Prefeitura de Tarumã.

9.13. As propostas serão inicialmente ordenadas em ordem crescente do Valor Global proposto, ou seja, será provisoriamente classificada em primeiro lugar a proposta com menor Valor Global e assim sucessivamente.

9.14. Com base nessa ordem, será verificada a ocorrência da situação de empate legal, prevista no art. 44 da Lei Complementar nº 123/06, em que as propostas apresentadas pelas Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

9.15. Ocorrendo tal situação, será assegurada, como critério de desempate, a preferência de contratação às Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, nos seguintes termos:

- a) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte que se encontrem no intervalo estabelecido no parágrafo 1º do art. 44 da Lei Complementar nº 123/06, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- b) a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da classificação provisória, situação em que será classificada em primeiro lugar.

9.16. O prazo para apresentação de nova proposta será de até dois dias úteis, contados da intimação da licitante, sob pena de decadência do direito de inovar em seu preço.

9.17. Havendo empate entre duas ou mais propostas, a classificação será feita, obrigatoriamente, por sorteio em ato público para o qual todas as licitantes classificadas serão convocadas.

9.18. A Comissão Permanente de Licitações dará ciência aos interessados do resultado da classificação, inclusive dos motivos que deram causa a eventuais desclassificações, quando será dado início ao prazo para interposição de recurso administrativo.

9.19. Julgados os recursos eventualmente interpostos ou transcorrido o prazo recursal sem que as licitantes tenham utilizado desse direito, será homologado o procedimento licitatório e adjudicado o objeto desta licitação à licitante vencedora pela autoridade competente, com a respectiva publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

9.20. Após a publicação do resumo do contrato no DOE, esses envelopes fechados ficarão disponíveis para sua retirada no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sendo que aqueles não retirados neste prazo serão inutilizados.

## **X – DOS RECURSOS**

10.1. Serão permitidos na presente licitação todos os recursos constantes na Lei que a rege, observados os prazos e condições nela estabelecidos.

10.2. Os recursos, bem como respectivas impugnações, deverão ser interpostos por escrito, dirigidos a Sr. Prefeito e entregues à Comissão Municipal de Licitações, em dias úteis, até as 16:50 horas, na Rua Aroeira, 482 – Vila das Árvores, Tarumã/SP.

## **XI – DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO**

11.1. Divulgada a classificação final e decorrido o prazo de 05 (cinco) dias úteis sem que haja interposição de recurso, serão os autos encaminhados à autoridade superior competente para deliberação quanto à homologação do procedimento e adjudicação do objeto da licitação em decisão que, se for o caso, deverá indicar a habilitação fiscal com restrição em relação à Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte vencedora do certame.

## **XII – DAS CONDIÇÕES PARA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

12.1. Tratando-se de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, cuja documentação de regularidade fiscal tenha indicado restrições à época da fase de habilitação, a licitante vencedora deverá comprovar, previamente à assinatura do contrato, a regularidade fiscal, no prazo de cinco dias úteis, a contar da publicação da homologação do certame, prorrogável por igual período, a critério desta Municipalidade, sob pena de a contratação não se realizar, decaindo do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

12.2. Não ocorrendo a regularização prevista no subitem anterior, será declarada a inabilitação da referida Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte e revogados os atos de homologação e adjudicação anteriores, quanto então retomar-se-ão, em sessão pública, os procedimentos relativos a esta licitação, sendo assegurado o exercício do direito de preferência na hipótese de haver participação de demais Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, cujas propostas de preços se encontrem no intervalo percentual de empate legal estabelecido no § 1º do art. 44 da Lei Federal nº 123/06.

12.3. Na hipótese de nenhuma Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte atender aos requisitos deste Edital, será convocada outra empresa na ordem de classificação das ofertas, com vistas à contratação.

12.4. Após a homologação do resultado da presente licitação, será lavrada Ata de Registro de Preços e convocado o vencedor para a sua assinatura, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da data da sua convocação, ocasião em que será verificada sua regularidade perante a fazenda federal (Receita Federal e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional), a Seguridade Social (INSS) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CEF).

12.5. O não cumprimento do disposto no subitem 18.1 sujeitará às penas previstas na Lei nº 8.666/93 e no presente instrumento, bem como ao pagamento de multa de 1% (um por cento) ao dia, até o limite de 20% (vinte por cento) sobre o valor adjudicado.

12.6. O licitante deverá informar seus dados bancários, tais como número da conta, número da agência e nome do banco, por ocasião da assinatura da ata de registro de preços.

12.7. O licitante que, injustificadamente, não apresentar documentação exigida para o certame, apresentar declaração falsa, não assinar a Ata de Registro de Preços, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do ajustado, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais cominações legais.

12.8. A prestação dos serviços, a vigência, a garantia, o pagamento e a aplicação de sanções se darão conforme as cláusulas da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ANEXO 4, parte integrante deste edital.

### **XIII – DAS ALTERAÇÕES NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

13.1. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços registrados, cabendo a este Município promover as necessárias negociações junto aos prestadores de serviços.

13.2. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, este Município convocará o prestador de serviços visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado.

13.2.1. Frustrada a negociação, o prestador de serviços será liberado do compromisso assumido e o Município irá convocar os demais prestadores de serviços visando igual oportunidade de negociação.

13.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o prestador de serviços não puder cumprir o compromisso, deverá apresentar a este Município requerimento devidamente comprovado.

13.3.1. O Município, após análise do requerimento, poderá liberar o prestador de serviços do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, caso confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de prestação de serviços.

13.3.2. Ocorrendo a liberação do prestador de serviços, conforme Subitem 13.3.1 do edital, o Município irá convocar os demais prestadores de serviços visando igual oportunidade de negociação.

13.4. Não havendo êxito nas negociações, este Município procederá à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de ajuste mais vantajoso.

### **XIV – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

14.1. Este Município poderá cancelar o registro de preços dos respectivos itens, sem prejuízo das sanções cabíveis previstas neste instrumento e seus anexos, observados o contraditório e a ampla defesa, nos casos a seguir especificados:

14.1.1. Quando o prestador de serviços:

- a) não mantiver, ou deixar de comprovar que mantém, as condições de habilitação e qualificação exigidas neste edital;
- b) não atender, ou atender parcialmente, os preços e as condições estipulados;
- c) confirmar o recebimento ou retirar com atraso as notas de empenho, sem justificativa aceitável;
- d) reincidir em faltas no cumprimento das obrigações que decorrerem do edital e da ata de registro de preços;
- e) recusar-se à revisão de preços proposta pela Administração com o intuito de adequá-los aos praticados pelo mercado;

- f) demonstrar, comprovadamente, a impossibilidade de atender às solicitações de prestação de serviços em razão dos preços registrados, pela indisponibilidade de bem no mercado, ou, ainda, em decorrência de caso fortuito ou de força maior;

#### 14.1.2. Quando a Administração:

- a) verificar que os preços praticados no mercado são mais vantajosos e for frustrada a negociação a que se refere o item 13 do edital;
- b) entender, motivadamente, conveniente e oportuno por razões de interesse público;
- c) constatar fato impeditivo à manutenção dos preços registrados;

14.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preços na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução do ajustado, decorrentes de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovados.

### **XV – DOS PROCEDIMENTOS, ROTINAS DE REQUISIÇÃO DOS SERVIÇOS E DOS PRAZOS**

15.1. O Município convocará o PRESTADOR DE SERVIÇOS, sempre que necessário, para realização de serviços por meio de ofício na qual constará nome, endereço e a pessoa responsável a ser procurado para os apontamentos dos serviços a serem realizados;

15.2. O PRESTADOR DE SERVIÇOS deverá obedecer, para a execução do objeto ata de registro de preços, aos seguintes prazos:

- a) O PRESTADOR DE SERVIÇOS terá prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a partir do recebimento do ofício, item 15.1, para efetuar vistoria detalhada do local e realizar os levantamentos necessários para execução dos serviços a serem contratados;
- b) Após a vistoria do local, o PRESTADOR DE SERVIÇOS terá prazo de até 05 (cinco) dias úteis para encaminhar ao Município, planilha contendo os serviços a serem executados, com os respectivos preços por item/subitem e o preço total para execução dos serviços e prazo de execução, observando os preços unitários estabelecidos neste ajuste; a planilha será analisada e poderá sofrer adequações visando atender a situação do local que sofrerá intervenções;
- c) O Município poderá solicitar acréscimo nos serviços relacionados para determinada unidade, enviando para o PRESTADOR DE SERVIÇOS ordem de serviços e relação de serviços complementar. O PRESTADOR DE SERVIÇOS terá o prazo de até 48 (quarenta e oito) horas para encaminhar planilha contendo os serviços a serem executados, com os respectivos preços por item/subitem e o preço total para execução dos serviços e prazo de execução, observando os preços unitários estabelecidos neste ajuste;
- d) O PRESTADOR DE SERVIÇOS deverá refazer os serviços recusados pelo Município e retirar do local dos serviços o material rejeitado, em até 24 horas, a contar da vistoria e notificação do Município;

15.3. Os prazos de adimplemento das obrigações estabelecidas neste ajuste admitem prorrogação, nos casos e condições especificados previstos na Lei nº 8.666/1993 e demais normas aplicáveis, e a solicitação dilatória, sempre por escrito, fundamentada e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, deverá ser recebida pelo Município contemporaneamente ao fato que a ensejar.

15.4. Poderão ser executados serviços concomitantemente em várias localidades;

15.5. Para vistoriar o local onde serão executados os serviços, o PRESTADOR DE SERVIÇOS, Contratado, deverá agendar previamente a data e horário com o responsável pela fiscalização dos serviços contratados.

15.6. A vistoria será acompanhada por funcionário designado pelo Município, quando houver necessidade ou por solicitação do PRESTADOR DE SERVIÇO para que seja resolvida dúvidas ou omissões;

15.7. A planilha de preços deverá ser apresentada pelo PRESTADOR DE SERVIÇOS em ofício protocolado junto à Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Obras e Serviços Urbanos, que após analisar todos os itens deverá formalizar o respectivo instrumento contratual, conforme minuta que integra o presente e, posteriormente, emitir a ORDEM DE SERVIÇOS;

15.8. Qualquer alteração nos serviços ou quantidade apurada verificada durante a execução dos trabalhos, deverá ser previamente informada à Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Obras e Serviços Urbanos, que verificará a possibilidade da alteração e procederá a autorização para a mesma;

15.9. O PRESTADOR DE SERVIÇOS deverá informar o término da execução dos serviços à Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Obras e Serviços Urbanos, para que se proceda o recebimento dos mesmos;

15.10. O PRESTADOR DE SERVIÇOS deverá manter o local dos serviços limpo, com retirada diária do entulho, sem que isso implique acréscimo nos preços contratados;

15.11. O PRESTADOR DE SERVIÇOS deverá entregar ao Município, em local a ser definido, o material retirado que poderá ser reutilizado, a critério do Município;

15.12. O PRESTADOR DE SERVIÇOS deverá manter livres de entulhos, sobras de material, material novo, equipamentos e ferramentas, as vias de circulação e passagens;

15.13. O PRESTADOR DE SERVIÇOS será responsável pela retirada e transporte do entulho para local apropriado, autorizado para receber os materiais;

## **XVI – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO**

16.1. O Município se compromete a dar plena e fiel execução da Ata e dos futuros contratos a serem formalizados, conforme o caso, respeitando todas as condições estabelecidas, obrigando-se ainda a:

- a) Proporcionar todas as facilidades indispensáveis ao bom cumprimento das obrigações ajustadas;
- b) Designar local para guarda de materiais; e
- c) Promover o pagamento no prazo e nas condições estabelecidas neste instrumento.

## **XVII – DA CONTRATAÇÃO**

17.1. O detentor da ata de registro de preços, após a formalização dos atos previstos no item 15 deste edital será convocado para, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da data de recebimento da convocação, assinar os instrumentos contratuais referem aos serviços que forem requisitados pela Administração Pública Municipal.

17.2. Até a data da celebração do ajuste, o adjudicatário deverá providenciar:

17.2.1. A garantia contratual, conforme Cláusula 17 deste Instrumento Convocatório.

17.2.2. Carta de apresentação do(s) responsável(eis) pela execução dos serviços contratados, que responderá(ão) também perante a Administração Pública Municipal por todos e comunicações formais;

17.2.3. Via quitada do documento de 'ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA' – ART – do CREA/SP, bem como o nome do(s) engenheiro(s) responsável(is) pelos serviços a serem contratados;

17.2.4. Quando se tratar de empresa registrada no CREA de outra região, apresentação do registro junto ao CREA/SP ou comprovação de haver requerido as averbações necessárias;

17.2.5. Garantia adicional, nos moldes previstos no artigo 48, II, § 2º da Lei nº 8666/93, se for o caso.

17.3. O prazo para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado por escrito, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração Pública Municipal.

## **XVIII – DO PREÇO, REAJUSTAMENTO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

18.1. Os preços serão os constantes da proposta comercial apresentada pelas licitantes vencedoras.

18.2. Os preços referidos constituirão, a qualquer título, todos os custos e benefícios decorrentes de trabalhos executados em horas extraordinárias, trabalhos noturnos, dominicais e em feriados, inclusive o custo dos vigias diurnos e noturnos, de modo a constituírem a única e completa remuneração pela adequada e perfeita execução das obras, devendo neles estar incluídos todos os encargos e custos incidentes.

18.3. Ocorrendo modificação dos encargos considerados na composição dos preços, ditada por disposição legal, poderá ser procedida readequação, para mais ou para menos, conforme o caso, a fim de manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

18.4. Para efeito do início dos serviços, os preços ofertados não serão objeto de atualização financeira entre a data da apresentação da proposta e a data de assinatura do contrato, ocorrendo esta dentro do prazo de validade da proposta.

18.5. Será admitida durante a execução do contrato a celebração de termos aditivos, sempre que legalmente exigível ou necessários, com o objetivo de se proceder às adequações pertinentes.

18.6. Os serviços contratados serão pagos em até 10 (dez) dias, por meio de cheque ou ordem bancária à CONTRATADA, após a entrada da nota fiscal/fatura no protocolo do órgão competente da Administração Pública Municipal devidamente acompanhada com a

Planilha de Medição dos Serviços e desde que haja disponibilidade financeira do Tesouro ou do ente Conveniente (Federal ou Estadual).

18.7. A Administração Pública Municipal pagará à contratada o valor relativo às obras e serviços efetivamente realizados, medidos e aprovados.

18.8. O prazo para execução dos serviços é de até 90 dias, contados a partir do recebimento pela contratada da ordem inicial de serviços – OIS.

18.9. Os serviços somente serão recebidos de forma global e definitiva em vistoria realizada pela Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Obras e Serviços Urbanos, data a partir da qual contar-se-ão os pagamentos.

18.10. A medição dos serviços será feita através de mapas dos quarteirões, onde serão realizados os recapeamentos deverão estar localizados e identificados nestes quarteirões de maneira tal que possam ser conferidos pelo Município, com relatório fotográfico identificando o local antes e depois da execução dos serviços, bem como da Planilha.

18.11. Para efeito de pagamento, a contratada encaminhará a PREFEITURA, após a execução e recebimento dos serviços, a respectiva nota fiscal/fatura, acompanhada do relatório dos serviços prestados.

18.12. A nota fiscal/fatura que apresentar incorreções será devolvida à contratada para as devidas correções.

## **XIX – DA RESCISÃO**

19.1. O contrato poderá ser rescindido de pleno direito, nos termos dos artigos 77 e seguintes da Lei 8666/93.

19.2. A rescisão do contrato, unilateralmente pela CONTRATADA, acarretará as seguintes consequências, sem prejuízo de outras sanções, de acordo com as leis vigentes e com as condições deste edital:

19.2.1. Assunção imediata do objeto do contrato, por ato próprio da Prefeitura Municipal, lavrando-se termo circunstanciado.

19.2.2. Responsabilidade por prejuízos causados ao Município pela contratada.

## **XX – PENALIDADES**

20.1. O não cumprimento das obrigações assumidas nos futuros contratos ou a ocorrência das hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada pela Lei Federal nº 8.883, de 8 de junho de 1994, autorizam, desde já, a PREFEITURA a rescindir unilateralmente este contrato, independentemente de interpelação judicial, sendo aplicável, ainda, o disposto nos artigos 79 e 80 do mesmo diploma legal.

20.2. Pela recusa injustificada da empresa licitante vencedora em assinar a ata de registro de preços dentro do prazo estabelecido pela Prefeitura: suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Município de Tarumã, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses;

20.3. Pela inexecução total ou parcial do contrato a ser assinado, a PREFEITURA aplicará à CONTRATADA, garantida a prévia defesa no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento da notificação:

20.3.1. Pela inadimplência parcial ou total, 10% (dez por cento) calculada sobre o valor global do contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na legislação pertinente.

20.3.2. Pelo atraso na execução dos serviços, 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor global do contrato.

20.3.3. Toda a multa referida nos itens acima serão aplicadas em dobro, na reincidência da falta no período de 30 (trinta) dias corridos, da primeira ocorrência.

20.3.4. A critério exclusivo da PREFEITURA, a quitação das multas aplicadas poderá ocorrer deduzindo-se do pagamento mensal devido à contratada por conta dos serviços medidos, o valor correspondente à citada penalidade.

20.3.5. As multas são independentes e autônomas e a aplicação de uma não exclui a possibilidade de aplicação de outras.

20.4. No caso de rescisão administrativa unilateral, a CONTRATADA reconhecerá os direitos da PREFEITURA de aplicar as sanções previstas no Edital, neste ajuste e na legislação que rege a licitação.

20.5. A aplicação de quaisquer sanções referidas neste dispositivo, não afasta a responsabilização civil da CONTRATADA pela inexecução total ou parcial do objeto ou pela inadimplência.

20.6. A aplicação das penalidades não impede a PREFEITURA de exigir o ressarcimento dos prejuízos efetivados decorrentes de quaisquer faltas cometidas pela CONTRATADA.

## **XXI – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

21.1. A Comissão Permanente de Licitação terá autonomia para resolver todos os casos omissos, dirimindo dúvidas que porventura possam surgir, assim como aceitar ou não qualquer interposição por parte dos participantes.

21.2. Só terão direito a usar da palavra, rubricar os documentos e propostas, interpelar, assinar ata, apresentar recursos, os representantes credenciados das empresas proponentes e membros da Comissão de Licitação.

21.3. Uma vez iniciada a abertura dos envelopes contendo as propostas, não serão admitidas quaisquer retificações que possam influir no resultado, nem admitidos a participarem os proponentes retardatários.

21.4. A participação nesta licitação importa ao proponente irrestrita aceitação das condições estabelecidas no edital e demais normas da Lei n. 8.666/93.

21.5. A CONTRATADA, na vigência do contrato, será única responsável perante terceiros, pelos atos praticados pelo seu pessoal e pelo uso de material, máquinas, veículos e equipamentos, não respondendo a Administração Pública Municipal, em hipótese alguma, por ressarcimento e indenizações, sejam a que título for.

21.6. Serão também da inteira responsabilidade da CONTRATADA todos os seguros necessários, inclusive os relativos à garantia financeira, à responsabilidade civil e ao ressarcimento eventual de todos os danos materiais ou pessoais causadas a seus empregados ou a terceiros.

21.7. O objeto será recebido e aceito após sumária inspeção pelos órgãos técnicos da Administração Pública Municipal, podendo ser rejeitado, caso a qualidade e especificações não atendam ao que foi licitado e deverá ser refeito pela contratada, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, sem ônus para o Município, de acordo com a legislação vigente.

21.8. Atendida a conveniência administrativa, fica o licitante vencedor obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais ou de fornecimento, os eventuais acréscimos ou supressões, em conformidade com o Artigo 65, seus parágrafos e incisos da Lei n. 8.666/93.

21.9. A Administração Pública Municipal se reserva no direito de emitir as ordens de serviços de acordo com o interesse público e de acordo com a disponibilidade financeira do município, podendo aumentar ou diminuir as quantidades dos serviços contratados, nos limites definidos pela legislação específica - artigo 65, § 1º, da Lei nº 8666/93.

21.10. Os recursos admissíveis serão dirigidos à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, na forma e nos prazos previstos no artigo 109, da Lei nº 8666/93 e atualizações.

21.11. A Administração Pública Municipal poderá, a qualquer tempo, motivadamente, anular ou revogar a presente licitação, nos termos do artigo 49, da Lei nº 8666/93.

21.12. Às licitantes que comprovarem a qualidade de microempresa ou empresa de pequeno porte serão garantidos os benefícios da Lei Complementar n. 123/2006 no processamento do presente certame.

21.13. Para quaisquer questões judiciais oriundas do presente edital fica eleito o Foro da Comarca de Assis, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

21.14. As licitantes poderão solicitar esclarecimentos, por escrito, até xxx de xxxxxxxxxx de 2017, inclusive, à UGB - Licitações, das 09:00 às 16:00 horas, na Rua Aroeira, 482 - Vila das Árvores, Tarumã - SP.

21.15. Somente deverão ser consideradas as informações prestadas por escrito pela Prefeitura de Tarumã.

21.16. Os esclarecimentos prestados serão disponibilizados no sítio eletrônico da Prefeitura de Tarumã: <http://www.taruma.sp.gov.br/licitacoes>

21.17. No caso de ausência de solicitação, pelas licitantes, de esclarecimentos adicionais aos ora fornecidos, pressupõe-se que os elementos constantes deste ato convocatório são suficientemente claros e precisos, não cabendo, portanto, posteriormente, qualquer reclamação.

## **XXII – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

22.1. Os recursos financeiros correrão à conta de dotações orçamentária na Categoria Econômica ora baixo discriminada, ante a previsão legal prevista na Lei Orçamentária Anual do Município:

#### 4.4.90.51 - Obras e Instalações

### **XXIII – DOS ANEXOS**

23.1. Fazem parte integrante e indissociável deste Edital, como se nele estivessem transcritos, os seguintes anexos:

- Anexo 1 - TERMO DE REFERÊNCIA – MEMORIAL DESCRITIVO DOS SERVIÇOS;
- Anexo 2 - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE PREÇOS BÁSICOS;
- Anexo 3 - BDI - BONIFICAÇÕES E DESPESAS INDIRETAS;
- Anexo 4 - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;
- Anexo 5 - MINUTA DO CONTRATO;
- Anexo 6 - MODELO DE DECLARAÇÕES;
- Anexo 7 - MEMÓRIA DE CÁLCULO.

Tarumã, 12 de abril de 2018.

**LOUISE CAROLINE G. C. PRADO**  
**PRESIDENTE DA COMUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ**

## ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA MEMORIAL DESCRITIVO

## ANEXO II - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE PREÇOS BÁSICOS

## **ANEXO III - BDI - BONIFICAÇÕES E DESPESAS INDIRETAS**

## ANEXO IV - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**PROCESSO Nº 052/2018.**  
**CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2018.**

**ANEXO IV – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**CONTRATANTE:**

**CONTRATADA:**

Aos \_\_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ do ano \_\_\_\_\_, nesta cidade de Tarumã, Estado de São Paulo, o **MUNICÍPIO DE TARUMÃ**, pessoa jurídica de direito público, com sede a Rua Aroeira, 482, Vila das Árvores, no município de Tarumã, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 64.614.449/0001-22, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o **Senhor OSCAR GOZZI**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.758.458-0 -SSP/SP e inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o nº 403.647.128-72, residente domiciliado na Rua das Acácias, nº 125, na cidade de Tarumã, do Estado de São Paulo, simplesmente denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob nº. \_\_\_\_\_, e Inscrição Estadual nº. \_\_\_\_\_, com sede a Rua \_\_\_\_\_ nº. \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_, no município de \_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_, neste ato representado por seu representante legal o Senhor \_\_\_\_\_, portador da Cédula de Identidade (RG) nº. \_\_\_\_\_, e inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado a Rua \_\_\_\_\_ nº. \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_, no município de \_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_, simplesmente denominada **CONTRATADA**, celebram o presente, em observância à **Concorrência Pública nº. 001/2018**, homologado em \_\_\_\_\_, com fulcro na Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, assim como pelas condições do Edital, termos da proposta vencedora e conforme as cláusulas e condições que seguem:

**I – DO OBJETO**

1.1. O presente instrumento tem por objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS E FUTURAS CONTRATAÇÕES DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO COM UTILIZAÇÃO DE CBUQ – CONCRETO BETUMINOSO USINA A QUENTE SOBRE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EXISTENTE NO MUNICÍPIO DE TARUMÃ**, nos termos que dispõe a Lei Federal nº 8.666/93 e demais normas vigentes, bem como as condições fixadas no edital da **CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. \_\_\_\_/2018** e na proposta da **CONTRATADA**, que ficam fazendo parte integrante do presente.

**II – LOCAIS DE EXECUÇÃO**

2.1. Os serviços serão prestados no Município de Tarumã, nos locais determinados pelo setor competente.

**III – VIGÊNCIA E VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. A vigência da presente ata de registro de preços é **12 (doze) meses**, contados da assinatura de seu instrumento.

**IV – DOS PROCEDIMENTOS, ROTINAS DE REQUISIÇÃO DOS SERVIÇOS E DOS PRAZOS**

**4.1.** O Município convocará a **CONTRATADA**, sempre que necessário, para realização de serviços por meio de ofício na qual constará nome, endereço e a pessoa responsável a ser procurado para os apontamentos dos serviços a serem realizados;

**4.2.** A **CONTRATADA** deverá obedecer, para a execução do objeto ata de registro de preços, aos seguintes prazos:

**a)** A **CONTRATADA** terá prazo de até **5 (cinco) dias úteis**, a partir do recebimento do ofício, **item 3.1**, para efetuar vistoria detalhada do local e realizar os levantamentos necessários para execução dos serviços a serem contratados;

**b)** Após a vistoria do local, a **CONTRATADA** terá prazo de até **05 (cinco) dias úteis** para encaminhar ao Município, planilha contendo os serviços a serem executados, com os respectivos preços por item/subitem e o preço total para execução dos serviços e prazo de execução, observando os preços unitários estabelecidos neste ajuste; **a planilha será analisada e poderá sofrer adequações visando atender a situação do local que sofrerá intervenções;**

**c)** O Município poderá solicitar acréscimo nos serviços relacionados para determinada unidade, enviando para a **CONTRATADA** ordem de serviços e relação de serviços complementares. A **CONTRATADA** terá o prazo de até **48 (quarenta e oito) horas** para encaminhar planilha contendo os serviços a serem executados, com os respectivos preços por item/subitem e o preço total para execução dos serviços e prazo de execução, observando os preços unitários estabelecidos neste ajuste;

**d)** A **CONTRATADA** deverá refazer os serviços recusados pelo Município e retirar do local dos serviços o material rejeitado, em até 24 horas, a contar da vistoria e notificação do Município;

**4.3.** Os prazos de adimplemento das obrigações estabelecidas neste ajuste admitem prorrogação, nos casos e condições especificados previstos na Lei Federal nº. 8.666/1993 e demais normas aplicáveis, e a solicitação dilatória, sempre por escrito, fundamentada e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, deverá ser recebida pelo Município contemporaneamente ao fato que a ensejar.

**4.4.** Poderão ser executados serviços concomitantemente em várias localidades;

**4.5.** Para vistoriar o local onde serão executados os serviços, o **CONTRATADA** deverá agendar previamente a data e horário com o responsável pela fiscalização dos serviços contratados.

**4.6.** A vistoria será acompanhada por funcionário designado pelo Município, quando houver necessidade ou por solicitação da **CONTRATADA** para que seja resolvida dúvidas ou omissões;

**4.7.** A planilha de preços deverá ser apresentada pela **CONTRATADA** em ofício protocolado junto à Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Obras e Serviços Urbanos, que após analisar todos os itens deverá formalizar o respectivo instrumento contratual, conforme minuta que integra o presente e, posteriormente, emitir a ORDEM DE SERVIÇOS;

**4.8.** Qualquer alteração nos serviços ou quantidade apurada verificada durante a execução dos trabalhos, deverá ser previamente informada à Secretaria Municipal de

Agricultura, Meio Ambiente, Obras e Serviços Urbanos, que verificará a possibilidade da alteração e procederá a autorização para a mesma;

**4.9. A CONTRATADA** deverá informar o término da execução dos serviços à Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Obras e Serviços Urbanos, para que se proceda o recebimento dos mesmos;

**4.10. A CONTRATADA** deverá manter o local dos serviços limpo, com retirada diária do entulho, sem que isso implique acréscimo nos preços contratados;

**4.11. A CONTRATADA** deverá entregar ao Município, em local a ser definido, o material retirado que poderá ser reutilizado, a critério do Município;

**4.12. A CONTRATADA** deverá manter livres de entulhos, sobras de material, material novo, equipamentos e ferramentas, as vias de circulação e passagens;

**4.13. A CONTRATADA** será responsável pela retirada e transporte do entulho para local apropriado, autorizado para receber os materiais;

**4.14.** O prazo para execução dos serviços é de até 90 dias, contados a partir do recebimento pela contratada da ordem inicial de serviços – OIS.

**4.15.** Os serviços somente serão recebidos de forma global e definitiva em vistoria realizada pela Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Obras e Serviços Urbanos, data a partir da qual contar-se-ão os pagamentos.

**4.16.** A medição dos serviços será feita através de mapas dos quarteirões, onde serão realizados os recapeamentos deverão estar localizados e identificados nestes quarteirões de maneira tal que possam ser conferidos pelo Município, com relatório fotográfico identificando o local antes e depois da execução dos serviços, bem como da Planilha.

## V – SANÇÕES

**5.1.** O não cumprimento das obrigações assumidas nos futuros contratos ou a ocorrência das hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada pela Lei Federal nº 8.883, de 8 de junho de 1994, autorizam, desde já, a **PREFEITURA** a rescindir unilateralmente este contrato, independentemente de interpelação judicial, sendo aplicável, ainda, o disposto nos artigos 79 e 80 do mesmo diploma legal.

**5.2.** Pela recusa injustificada da empresa licitante vencedora em assinar a ata de registro de preços dentro do prazo estabelecido pela Prefeitura: **suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Município de Tarumã, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses.**

**5.3.** Pela inexecução total ou parcial do contrato a ser assinado, a **PREFEITURA** aplicará à **CONTRATADA**, garantida a prévia defesa no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento da notificação:

**5.3.1.** Pela inadimplência parcial ou total, **10% (dez por cento)** calculada sobre o valor global do contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na legislação pertinente.

**5.3.2.** Pelo atraso na execução dos serviços, **0,5% (meio por cento)** por dia de atraso, calculada sobre o valor global do contrato.

**5.3.3.** Toda a multa referida nos itens acima serão aplicadas em dobro, na reincidência da falta no período de 30 (trinta) dias corridos, da primeira ocorrência.

**5.3.4.** A critério exclusivo da **PREFEITURA**, a quitação das multas aplicadas poderá ocorrer deduzindo-se do pagamento mensal devido à contratada por conta dos serviços medidos, o valor correspondente à citada penalidade.

**5.3.5.** As multas são independentes e autônomas e a aplicação de uma não exclui a possibilidade de aplicação de outras.

**5.4.** No caso de rescisão administrativa unilateral, a **CONTRATADA** reconhecerá os direitos da **PREFEITURA** de aplicar as sanções previstas no Edital, neste ajuste e na legislação que rege a licitação.

**5.5.** A aplicação de quaisquer sanções referidas neste dispositivo, não afasta a responsabilização civil da **CONTRATADA** pela inexecução total ou parcial do objeto ou pela inadimplência.

**5.6.** A aplicação das penalidades não impede a **PREFEITURA** de exigir o ressarcimento dos prejuízos efetivados decorrentes de quaisquer faltas cometidas pela **CONTRATADA**.

**5.7.** Estas penalidades somente poderão ser relevadas nas hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente justificados e comprovados, a juízo do contratante.

## VI – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

**6.1.** Vigorarão para a vigência da ata de registro de preços, os preços unitários ofertados pela vencedora da licitação.

**6.2.** Os preços referidos constituirão, a qualquer título, a única e completa remuneração pela adequada e perfeita execução do objeto contratado.

**6.3.** Os preços serão os constantes da proposta apresentada pela **CONTRATADA**, que fica fazendo parte integrante do presente.

**6.4.** Os preços referidos constituirão, a qualquer título, todos os custos e benefícios decorrentes de trabalhos executados em horas extraordinárias, trabalhos noturnos, dominicais e em feriados, inclusive o custo dos vigias diurnos e noturnos, de modo a constituírem a única e completa remuneração pela adequada e perfeita execução das obras, devendo neles estar incluídos todos os encargos e custos incidentes.

**6.5.** Ocorrendo modificação dos encargos considerados na composição dos preços, ditada por disposição legal, poderá ser procedida readequação, para mais ou para menos, conforme o caso, a fim de manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

**6.6.** Para efeito do início dos serviços, os preços ofertados não serão objeto de atualização financeira entre a data da apresentação da proposta e a data de assinatura do contrato, ocorrendo está dentro do prazo de validade da proposta.

**6.7.** Será admitida durante a execução do contrato a celebração de termos aditivos, sempre que legalmente exigível ou necessários, com o objetivo de se proceder às adequações pertinentes.

**6.8.** Os serviços contratados serão pagos em até 10 (dez) dias, por meio de cheque ou ordem bancária à CONTRATADA, após a entrada da nota fiscal/fatura no protocolo do órgão competente da Administração Pública Municipal devidamente acompanhada com a Planilha de Medição dos Serviços e desde que haja disponibilidade financeira do Tesouro ou do ente Conveniente (Federal ou Estadual).

**6.9.** A Administração Pública Municipal pagará à contratada o valor relativo às obras e serviços efetivamente realizados, medidos e aprovados.

**6.10.** Para efeito de pagamento, a contratada encaminhará a **PREFEITURA**, após a execução e recebimento dos serviços, a respectiva nota fiscal/fatura, acompanhada do relatório dos serviços prestados.

**6.11.** A nota fiscal/fatura que apresentar incorreções será devolvida à contratada para as devidas correções.

**6.12.** O pagamento ficará condicionado à apresentação a Fiscalização do objeto desta licitação dos documentos a seguir mencionados:

**6.12.1.** Guia de Previdência Social (GPS) devidamente quitada;

**6.12.2.** Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia de Tempo de Serviços e Informação à Previdência Social (GFIP) devidamente quitada, destacando os empregados designados para a execução do objeto contratado;

**6.12.3.** O Imposto Sobre Serviços – ISS será retido pela Prefeitura Municipal de Tarumã quando do pagamento da nota fiscal-fatura, na forma e condições definidas na legislação vigente aplicável;

**6.12.4.** Para fazer jus ao recebimento deverá a **CONTRATADA**, a cada medição, comprovar o recolhimento dos encargos sociais – contribuições previdenciárias devidas junto ao INSS – incidentes sobre a prestação dos serviços em referência;

**6.12.5.** A **PREFEITURA** fará a retenção das contribuições previdenciárias a incidir nos pagamentos dos serviços realizados, na forma e condições definidas na legislação vigente, valor este que será recolhido ao INSS em nome da **CONTRATADA**, no prazo legal;

**6.12.6.** Se, eventualmente, for apurado alguma falta de pagamento de créditos trabalhistas ou seus encargos, decorrentes da presente licitação, tanto previdenciário quanto fundiário, de responsabilidade da **CONTRATADA**, que deverão ser suportados por ela, e não forem resgatados nas devidas épocas, dará ensejo à retenção dos pagamentos futuros e, caso já tenha encerrado a prestação de serviços, autorizará a **PREFEITURA** a adotar os meios judiciais cabíveis contra a **CONTRATADA** ou seus sócios que serão responsáveis solidários nos resgates de tais créditos.

## VII – EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

**7.1.** As cláusulas econômico-financeiras e monetárias do contrato não poderão ser alteradas sem prévia concordância da Prefeitura.

**7.2.** As cláusulas econômico-financeiras do contrato deverão ser revistas para que se mantenha o equilíbrio contratual, uma vez que haja modificação dos encargos considerados na composição dos preços, ditada por alteração na legislação federal, estadual ou

municipal, fato que autorizará a respectiva correção, para mais ou menos, na medida em que a referida legislação reflita na composição dos preços, observando-se o disposto no artigo 65, "d" da Lei nº 8666/93.

## VIII – CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

**8.1.** Caso não haja qualquer impropriedade explícita, será atestado o recebimento pela Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Obras e Serviços Urbanos e emitirá Termo de Recebimento Provisório, nos termos do artigo 73, inciso I, alínea "a", da Lei n.º 8.666/1993, e nas condições definidas em contrato.

**8.2.** Serão rejeitados, total ou parcialmente, os serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da sua execução ou dos materiais neles empregados.

**8.3.** Se houver erro na nota fiscal, ou nota fiscal/fatura, ou a ocorrência do disposto no item anterior, ou qualquer outra circunstância que desaprove o recebimento definitivo, o mesmo ficará pendente e o pagamento suspenso até o saneamento das irregularidades pela **CONTRATADA**.

**8.3.1.** Durante o período em que o recebimento definitivo estiver pendente e o pagamento suspenso por culpa da **CONTRATADA**, não incidirá sobre o Município quaisquer ônus, inclusive financeiro.

**8.4.** O recebimento não exclui as responsabilidades civil e penal da **CONTRATADA**.

**8.5.** A responsabilidade da **CONTRATADA** pela qualidade, correção e segurança dos serviços, subsistirá na forma da Lei

## IX – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

**9.1.** A execução dos serviços será acompanhada pela Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Obras e Serviços Urbanos, que terá autoridade para exercer toda e qualquer ação de orientação geral e controle da execução dos serviços.

**9.2.** A fiscalização de que trata o item anterior (9.1) não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA** pelos danos causados ao Município ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão, culposa ou dolosa, de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

## X – DAS ALTERAÇÕES NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**10.1.** O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços registrados, cabendo a este Município promover as necessárias negociações junto à **CONTRATADA**.

**10.2.** Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, este Município convocará a **CONTRATADA** visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado.

**10.2.1.** Frustrada a negociação, a **CONTRATADA** será liberada do compromisso assumido e o Município irá convocar os demais prestadores de serviços visando igual oportunidade de negociação.

10.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e a **CONTRATADA** não puder cumprir o compromisso, deverá apresentar a este Município requerimento devidamente comprovado.

10.3.1. O Município, após análise do requerimento, poderá liberar a **CONTRATADA** do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, caso confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de prestação de serviços.

10.3.2. Ocorrendo a liberação da **CONTRATADA**, o Município irá convocar os demais licitantes visando igual oportunidade de negociação.

10.4. Não havendo êxito nas negociações, este Município procederá à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de ajuste mais vantajoso.

## XI – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

11.1. O Município poderá cancelar o registro de preços dos respectivos itens, sem prejuízo das sanções cabíveis previstas neste instrumento e seus anexos, observados o contraditório e a ampla defesa, nos casos a seguir especificados:

### 11.1.1. Quando a **CONTRATADA**:

- a) não mantiver, ou deixar de comprovar que mantém, as condições de habilitação e qualificação exigidas neste edital;
- b) não atender, ou atender parcialmente, os preços e as condições estipulados;
- c) confirmar o recebimento ou retirar com atraso as notas de empenho, sem justificativa aceitável;
- d) reincidir em faltas no cumprimento das obrigações que decorrerem do edital e da ata de registro de preços;
- e) recusar-se à revisão de preços proposta pela Administração com o intuito de adequá-los aos praticados pelo mercado;
- f) demonstrar, comprovadamente, a impossibilidade de atender às solicitações de prestação de serviços em razão dos preços registrados, pela indisponibilidade de bem no mercado, ou, ainda, em decorrência de caso fortuito ou de força maior;

### 11.1.2. Quando a Administração:

- a) verificar que os preços praticados no mercado são mais vantajosos e for frustrada a negociação a que se refere o item 10 do edital;
- b) entender, motivadamente, conveniente e oportuno por razões de interesse público;
- c) constatar fato impeditivo à manutenção dos preços registrados;

11.2. A **CONTRATADA** poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preços na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução do ajustado, decorrentes de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovados.

## XII – DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

12.1. A **CONTRATADA** será responsabilizado civil e administrativamente por quaisquer danos causados nas instalações, mobiliários, equipamentos e demais utensílios do Município, e pelo extravio de quaisquer documentos ou objetos, quando comprovado dolo ou culpa de seus empregados, devendo proceder imediatamente aos reparos necessários ou ao pagamento

da indenização correspondente, sob pena de dedução do seu importe por ocasião do pagamento dos serviços.

### XIII – DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA

**13.1.** O Município se compromete a dar plena e fiel execução da Ata e dos futuros contratos a serem formalizados, conforme o caso, respeitando todas as condições estabelecidas, obrigando-se ainda a:

- a) Proporcionar todas as facilidades indispensáveis ao bom cumprimento das obrigações ajustadas, inclusive permitir o livre acesso dos empregados e prepostos da **CONTRATADA** aos locais da execução dos serviços;
- b) Designar local para guarda de materiais; e
- c) Promover o pagamento no prazo e nas condições estabelecidas neste instrumento.

### XIV – DA RESCISÃO

**14.1.** O contrato poderá ser rescindido de pleno direito, nos termos dos artigos 77 e seguintes da Lei 8666/93.

**14.2.** A rescisão do contrato, unilateralmente pela **CONTRATADA**, acarretará as seguintes consequências, sem prejuízo de outras sanções, de acordo com as leis vigentes e com as condições deste edital:

**14.2.1.** Assunção imediata do objeto do contrato, por ato próprio da Prefeitura Municipal, lavrando-se termo circunstanciado.

**14.2.2.** Responsabilidade por prejuízos causados ao Município pela contratada.

### XV – CONDIÇÕES COMPLEMENTARES

**15.1.** A **CONTRATADA**, na vigência da ata de registro de preços, será a única responsável perante terceiros, pelos atos praticados por seu pessoal e pelo uso de material, não respondendo a **PREFEITURA**, em hipótese alguma por ressarcimentos e indenizações, seja a que título for; serão também da inteira responsabilidade da **CONTRATADA** todos os seguros necessários, inclusive os relativos à garantia financeira para aquisição de equipamentos, à responsabilidade civil e ao ressarcimento de eventuais danos materiais ou pessoais causados a seus empregados ou a terceiros.

**15.2.** Independentemente da rescisão contratual, a **PREFEITURA**, poderá assumir direta ou indiretamente a execução dos serviços na hipótese da contratada não conseguir deter movimento grevista que paralise a execução dos serviços; todas as despesas havidas para dar continuidade aos serviços serão de responsabilidade única e exclusiva da **CONTRATADA**.

**15.3.** A **PREFEITURA** se reserva no direito de executar por si e ou através de outras empresas contratadas, nas áreas e locais elencados neste Edital, obras e serviços distintos dos abrangidos na presente licitação.

**15.4.** A **CONTRATADA** se obriga a permitir ao pessoal da fiscalização livre acesso a todas as suas dependências, possibilitando o exame das instalações e também das anotações

relativas às máquinas, ao pessoal e ao material, fornecendo, quando for solicitado dados e elementos referentes aos serviços.

**15.5.** A critério exclusivo da **PREFEITURA**, poderá ser descontado do pagamento mensal devido à **CONTRATADA** os valores devidamente apurados correspondentes aos prejuízos por estão causados àquela, sejam por si, por seus empregados ou prepostos.

**15.6.** A direção geral e a responsabilidade técnica dos serviços caberão ao profissional da **CONTRATADA**, devidamente habilitado e inscrito no CREA.

**15.7.** A mudança do profissional responsável deverá ser comunicada, com antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos e somente será efetivada com a aprovação da **PREFEITURA**, salvo motivo de força maior.

**15.8.** A **PREFEITURA** poderá exigir a substituição ou vetar qualquer empregado da contratada no interesse dos serviços.

**15.9.** A devolução da caução de garantia do contrato administrativo será feita somente após a entrega da Certidão Negativa de Débitos — CND emitida pela Previdência Social.

**15.10.** A **PREFEITURA** somente receberá os serviços que estiverem de acordo com este edital, contrato, projetos, memoriais, especificações e seus anexos.

**15.11.** A **PREFEITURA** terá plena autorização para suspender, por meios amigáveis ou não, os serviços parcialmente ou total, sempre que julgar conveniente, por motivos técnicos, de segurança, disciplinares ou outros justificáveis.

**15.12.** A **CONTRATADA** responderá às normas estabelecidas no Código Civil Brasileiro.

**15.13.** Verificando-se a ocorrência de irregularidade na execução dos serviços, à **PREFEITURA** cumprirá aplicar a penalidade cabível.

**15.14.** As "Ordens de Serviços" e todas as correspondências referentes ao contrato, exceto as de rotina, deverão ser feitas por ofício.

**15.15.** Ficam fazendo parte integrante desta Ata de Registro de Preços, independente de transcrição a Lei Orgânica do Município, a Lei Federal n.º 8.666/93, o Edital e respectivos anexos da **Concorrência Pública n.º \_\_\_\_/2018** e a proposta da **CONTRATADA**.

**15.16.** O Foro da Comarca de Assis será o competente para dirimir controversas relacionadas a esta Ata de Registro de Preços, bem como o cumprimento dos contratos dela originados.

**OSCAR GOZZI**  
Prefeito Municipal

**CONTRATADA**

**TESTEMUNHAS:**

**1. NOME**  
**RG**

## ANEXO V - MINUTA DO CONTRATO

## MINUTA DO CONTRATO

**CONTRATO Nº**  
**PROCESSO Nº 052/2018**  
**CONCORRÊNCIA Nº 001/2018**

**“REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS E FUTURAS CONTRATAÇÕES DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO COM UTILIZAÇÃO DE CBUQ – CONCRETO BETUMINOSO USINA A QUENTE SOBRE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EXISTENTE NO MUNICÍPIO DE TARUMÃ”, NO MUNICÍPIO DE TARUMÃ/SP, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ E A \_\_\_\_\_.**

Pelo presente instrumento particular de contrato a Prefeitura Municipal de Tarumã, pessoa jurídica de direito público, com sede a Rua Aroeira, 482, Vila das Árvores, no município de Tarumã, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 64.614.449/0001-22, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Senhor **OSCAR GOZZI**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.758.458-0 -SSP/SP e inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o nº 403.647.128-72, residente domiciliado na Rua das Acácias, nº 125, na cidade de Tarumã, do Estado de São Paulo, simplesmente denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob nº. \_\_\_\_\_, e Inscrição Estadual nº. \_\_\_\_\_, com sede a Rua \_\_\_\_\_ nº. \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_, no município de \_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_, neste ato representado por seu representante legal o Senhor \_\_\_\_\_, portador da Cédula de Identidade (RG) nº. \_\_\_\_\_, e inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado a Rua \_\_\_\_\_ nº. \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_, no município de \_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_, simplesmente denominada **CONTRATADA**, celebram o presente, em observância à Concorrência Pública nº. 001/2017, homologado em \_\_\_\_\_, com fulcro na Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, assim como pelas condições do Edital, termos da proposta vencedora e conforme as cláusulas e condições que seguem:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO REGIME DE EXECUÇÃO

**1.1.** O presente instrumento tem por objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS E FUTURAS CONTRATAÇÕES DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO COM UTILIZAÇÃO DE CBUQ – CONCRETO BETUMINOSO USINA A QUENTE SOBRE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EXISTENTE NO MUNICÍPIO DE TARUMÃ**, nos termos que dispõe a Lei Federal nº 8.666/93 e demais normas vigentes, bem como as condições fixadas no edital da **CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº \_\_\_\_/2018** e na proposta da **CONTRATADA**, que ficam fazendo parte integrante do presente.

**1.2.** Consideram-se parte integrante do presente instrumento, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos: **a)** o instrumento convocatório da **CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº \_\_\_\_/2018** e seus respectivos Anexos; **b)** a proposta de ----- (-----) de ----- (----) de 2018, apresentada pela **CONTRATADA**; e **c)** a Ata de Registro de Preços assinada entre as partes em ----- (-----) de ----- (----) de 2018.

**1.3.** O regime de execução é de empreitada por preço unitário, conforme a composição de preços constante da Planilha de serviços e preços unitários, apresentada pelo licitante vencedor em sua proposta comercial.

**1.4.** O objeto da presente contratação poderá sofrer, nas mesmas condições, acréscimos ou supressões nos termos do artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO**

**2.1.** Os serviços deverão ser executados conforme as especificações e condições estabelecidas no **MEMORIAL DESCRITIVO - ANEXO I** e no edital e serão recebidos por Comissão de Fiscalização designada pela PREFEITURA;

**2.2.** Correrão por conta da **CONTRATADA** as despesas para efetivo atendimento ao objeto licitado, tais como materiais, equipamentos, acessórios, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes de sua execução.

**2.3. A CONTRATADA** deverá apresentar para a Comissão de Fiscalização da PREFEITURA, antes do início dos serviços e em até 05 dias após a publicação do extrato deste contrato, os seguintes documentos:

**2.3.1.** Cópia da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, com base no valor total do contrato e ARTs dos co-responsáveis pelas áreas de atuação;

**2.3.2.** Nome, formação, nº do CREA, endereço e fone/fax comercial do engenheiro/técnico coordenador geral que será o seu representante imediato e responsável direto pelos serviços e assuntos de ordem operacional com competência técnica para o artigo 2º ou 7º ou 23º da Resolução nº 218 de 29/06/73 do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA, como também do Técnico de Segurança;

**2.3.3.** A Comissão de Fiscalização terá três dias úteis para analisar os documentos entregues e emitir a Autorização para Início dos Serviços.

**2.4.** O prazo de execução dos serviços é de XXX (XXXXXXXXXXXXXX) dias corridos, contados da data do recebimento pela **CONTRATADA** da Autorização para Início dos Serviços – Ordem de Serviços.

**2.5.** Os serviços a serem realizados e os materiais e peças a serem fornecidos deverão obedecer às Normas reconhecidas, em suas últimas revisões, tais como:

**2.5.1.** Normas de segurança em edificações do CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia;

**2.5.2.** Normas de Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT;

**2.5.3.** Normas e Instruções de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho;

**2.5.4.** Leis, Decretos, Regulamentos e Dispositivos Legais emitidos pelas autoridades governamentais, em âmbito Municipal, Estadual e Federal e pertinentes à execução dos serviços ora contratados.

**2.6.** Havendo interesse no Atestado de Capacidade Técnica referente ao serviço executado, a PREFEITURA o emitirá, ficando a cargo da CONTRATADA diligenciar nos termos do artigo 58 da Resolução 1.025 de 30/10/2009 do CONFEA, para que o documento passe a fruir da eficácia necessária aos fins especiais a que eventualmente se destine.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO**

**3.1.** O recebimento dar-se-á por intermédio da Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Obras e Serviços Urbanos, que expedirá a Autorização para Início dos Serviços e os Termos de Recebimento Provisório e Definitivo.

**3.1.1.** Somente serão expedidos os Termos de Recebimento se o objeto estiver plenamente de acordo com as disposições constantes no Memorial Descritivo e na proposta comercial apresentada pela CONTRATADA;

**3.2.** Executado, o objeto será recebido mediante termo circunstanciado assinado pelas partes:

**3.2.1.** Provisoriamente, após vistoria completa, em até 10 (dez) dias contados da data em que a CONTRATADA comunicar, por escrito, a conclusão total do objeto; o recebimento provisório será caracterizado pela emissão do Termo de Recebimento Provisório, com expressa concordância em receber o objeto provisoriamente;

**3.2.2.** Definitivamente, em até xxx (Xxxxxx) dias da data de expedição do Termo de Recebimento Provisório; o Termo de Recebimento Definitivo será lavrado desde que a Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Obras e Serviços Urbanos tenha aprovado a completa adequação do objeto aos termos contratuais.

**3.3.** Constatadas irregularidades no objeto, a Comissão de Fiscalização, sem prejuízo das penalidades cabíveis, poderá:

**3.3.1.** Rejeitá-lo no todo ou em parte se não corresponder às especificações do Memorial Descritivo – Anexo I, determinando sua correção/substituição;

**3.3.2.** Determinar sua complementação se houver diferença de quantidades ou de partes.

**3.4.** As irregularidades deverão ser sanadas pela CONTRATADA, no prazo máximo de cinco dias úteis, contados do recebimento por ela da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente ofertado.

**3.5.** O prazo de garantia dos serviços é de 05 (cinco) anos contados a partir da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

**3.6.** O recebimento definitivo não exime a CONTRATADA de sua responsabilidade na forma da Lei, pela qualidade, correção e segurança dos serviços prestados.

### **CLÁUSULA QUARTA – VALOR, RECURSOS E PAGAMENTO**

**4.1.** O valor do contrato é de R\$ \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ),  
respeitados os preços unitários e globais discriminados na planilha adjudicatória:

**4.2.** Os valores são fixos e irrevogáveis.

**4.3.** A despesa onerará os recursos constantes da dotação:

02.00

02.00.xx

xx.xxx.xxxx.x.xxxx

4.4.90.51

Ficha xxxx

**4.4.** Os serviços contratados serão pagos em até 10 (dez) dias, por meio de cheque ou ordem bancária à CONTRATADA, após a entrada da nota fiscal/fatura no protocolo do órgão competente da Administração Pública Municipal devidamente acompanhada com a Planilha de Medição dos Serviços e desde que haja disponibilidade financeira do Tesouro ou do ente Conveniente (Federal ou Estadual).

**4.5.** Os serviços somente serão recebidos de forma global e definitiva em vistoria realizada pela Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Obras e Serviços Urbanos, data a partir da qual contar-se-ão o prazo para pagamento.

**4.6.** A medição dos serviços será feita através de mapas dos bairros, onde serão realizados os recapeamentos deverão estar localizados e identificados nestes bairros de maneira tal que possam ser conferidos pela fiscalização, com relatório fotográfico identificando o local antes e depois da execução dos serviços.

**4.7.** Os pagamentos estão condicionados à comprovação dos serviços executados e medidos, bem como da comprovação do recolhimento de encargos e tributos referentes aos serviços prestados (INSS, FGTS e ISSQN).

**4.8.** Havendo divergência ou erro na emissão do documento fiscal, fica interrompido o prazo para o pagamento, sendo iniciada nova contagem somente após a regularização.

## **CLÁUSULA QUINTA – VIGÊNCIA**

**5.1.** A vigência iniciar-se-á na data da assinatura contrato, encerrando-se na data da emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

**5.2.** O prazo de execução das obras e serviços contratados é de xx (XXXXXXXXXXXXXXXXXX) dias corridos, contados da data da expedição da Autorização para Início dos Serviços – Ordem Inicial de Serviços – OIS.

**5.3.** Eventual alteração do cronograma de execução será obrigatoriamente formalizada por meio de Termo Aditivo ao contrato, respeitadas as disposições da Lei Federal n.º 8.666/93.

## **CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**6.1.** Além das obrigações dispostas no Memorial Descritivo - Anexo I deste Edital, a **CONTRATADA** obriga-se a:

**6.1.1.** Fornecer mão de obra, maquinaria, equipamentos, materiais, acessórios e tudo mais que for necessário ao pleno desenvolvimento do objeto contratado, em volume, qualidade e quantidades compatíveis para sua conclusão dentro do prazo estabelecido.

**6.1.2.** Arcar com todas as despesas para efetivo atendimento ao objeto contratado, tais como materiais, equipamentos, acessórios, instalação, ensaios, consertos, testes, análises de

materiais e equipamentos, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes de sua execução.

**6.1.3.** Zelar pela disciplina nos locais dos serviços, retirando qualquer funcionário considerado como de conduta inconveniente pela PREFEITURA.

**6.1.4.** Manter seu pessoal uniformizado, identificando-o através de crachás, com fotografia recente e provendo-os dos equipamentos de proteção individual - EPI's.

**6.1.5.** Retirar todo material remanescente proveniente dos serviços executados, bem como, após o término dos trabalhos, efetuar a limpeza geral e completa em todas as áreas contempladas.

**6.1.6.** Observar as boas práticas, técnica e ambientalmente recomendadas, quando da realização dos serviços que são de inteira responsabilidade da CONTRATADA, que responderá em seu próprio nome perante os órgãos fiscalizadores.

**6.1.7.** Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias por meio de seus empregados ao atendimento dos seus funcionários acidentados ou com mal súbito.

**6.1.8.** É de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA a guarda do local dos serviços, materiais e equipamentos utilizados até o recebimento definitivo do objeto pelo PREFEITURA.

**6.1.9.** Cumprir e observar que, constatada a existência de materiais inadequados no canteiro de serviços, a Secretaria competente oficiará a CONTRATADA para que no prazo de 24 (vinte e quatro) horas efetue a remoção desses materiais.

**6.1.10.** Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e outros resultantes da execução deste contrato;

**6.1.11.** A inadimplência da CONTRATADA em relação aos encargos não transfere à PREFEITURA a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste contrato.

**6.1.11.1.** Responsabilizar-se por quaisquer danos causados diretamente à PREFEITURA ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, na execução deste contrato.

**6.1.12.** Manter preposto que representará e acompanhará a execução deste contrato, prestando, ainda, a assistência técnica necessária;

**6.1.12.1.** O preposto deverá comparecer no local da execução dos serviços em todos os dias de atividade, permanecendo neste, durante o tempo que for necessário.

**6.1.13.** Fornecer a supervisão e administração necessária à execução dos serviços.

**6.1.14.** Manter, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**6.1.15.** Apresentar à Comissão de Fiscalização, quando solicitado, comprovantes de pagamentos de salários, apólices de seguro contra acidente de trabalho, quitação de suas obrigações trabalhistas, previdenciárias relativas aos seus empregados que foram alocados à prestação dos serviços deste contrato.

**6.1.16.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual e municipal, as normas de segurança da PREFEITURA.

**6.1.17.** Encaminhar a relação dos funcionários que prestarão os serviços, constando nomes e números das cédulas de identidade, com antecedência mínima de 48 horas do início das atividades.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA**

**7.1.** Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados.

**7.2.** Acompanhar e fiscalizar a execução deste contrato.

**7.3.** Notificar por escrito a ocorrência de irregularidades durante a execução dos serviços.

## **CLÁUSULA OITAVA– RESCISÃO E SANÇÕES**

**8.1.** O não cumprimento das obrigações assumidas no presente contrato ou a ocorrência das hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada pela Lei Federal nº 8.883, de 8 de junho de 1994, autorizam, desde já, a PREFEITURA a rescindir unilateralmente este contrato, independentemente de interpelação judicial, sendo aplicável, ainda, o disposto nos artigos 79 e 80 do mesmo diploma legal.

**8.2.** Pela inexecução total ou parcial do contrato, a PREFEITURA aplicará à CONTRATADA, garantida a prévia defesa no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento da notificação:

**8.2.1.** Pela inadimplência parcial ou total, 10% (dez por cento) calculada sobre o valor global do contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na legislação pertinente.

**8.2.2.** Pelo atraso na execução dos serviços, 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor global do contrato.

**8.2.3.** Toda a multa referida nos itens acima serão aplicadas em dobro, na reincidência da falta no período de 30 (trinta) dias corridos, da primeira ocorrência.

**8.2.4.** A critério exclusivo da PREFEITURA, a quitação das multas aplicadas poderá ocorrer deduzindo-se do pagamento mensal devido à contratada por conta dos serviços medidos, o valor correspondente à citada penalidade.

**8.2.5.** As multas são independentes e autônomas e a aplicação de uma não exclui a possibilidade de aplicação de outras.

**8.3.** No caso de rescisão administrativa unilateral, a CONTRATADA reconhecerá os direitos da PREFEITURA de aplicar as sanções previstas no Edital, neste ajuste e na legislação que rege a licitação.

**8.4.** A aplicação de quaisquer sanções referidas neste dispositivo, não afasta a responsabilização civil da CONTRATADA pela inexecução total ou parcial do objeto ou pela inadimplência.

**8.5.** A aplicação das penalidades não impede a PREFEITURA de exigir o ressarcimento dos prejuízos efetivados decorrentes de quaisquer faltas cometidas pela CONTRATADA.

#### **CLÁUSULA NONA – DO FORO**

**9.1.** As partes elegem o foro da Comarca de Assis, Estado de São Paulo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões oriundas deste contrato.

E, por estarem as partes justas e acordadas, assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para o mesmo fim e perante testemunhas.

Tarumã, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

**OSCAR GOZZI**  
**Prefeito Municipal**

**CONTRATADA**

#### **TESTEMUNHAS:**

**1. NOME:**  
**RG**  
**CPF**  
**END.**

**2. NOME**  
**RG**  
**CPF**  
**END.**

## ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÕES

**PROCESSO Nº 052/2018.  
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2018.**

**ANEXO VI – DECLARAÇÕES  
(DECLARAÇÃO DE ME OU EPP)**

Eu, \_\_\_\_\_ nome completo \_\_\_\_\_, representante legal da empresa  
nome da pessoa jurídica \_\_\_\_\_, interessada em participar do processo licitatório nº \_\_\_\_\_,  
da Prefeitura Municipal de Tarumã, declaro, sob as penas da lei, sem prejuízo das  
sanções e multas previstas neste ato convocatório, que a \_\_\_\_\_ nome da pessoa  
jurídica \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, é MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO  
PORTE, nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro  
de 2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando a empresa apta, portanto, a exercer  
o direito de preferência como critério de desempate no procedimento licitatório da \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_,  
instaurada pela Prefeitura Municipal de Tarumã.

Tarumã, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Representante legal  
RG nº \_\_\_\_\_  
(com carimbo da empresa)

À  
**Prefeitura Municipal de Tarumã**

**Ref.: Concorrência nº \_\_\_\_/\_\_\_\_**

\_\_\_\_\_, nome da pessoa jurídica \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o Sr. \_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, interessada em participar do processo licitatório nº \_\_\_\_\_, da Prefeitura Municipal de Tarumã, DECLARA para os devidos fins que:

1 – Com base no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666/93, acrescido pela Lei nº 9.854/99, em cumprimento ao inciso XXXIII do artigo 7º. da Constituição Federal, NÃO emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesesseis anos;

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz (    )  
(Obs.: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

2 – Em relação à empresa mencionada acima, inexistem fatos supervenientes impeditivos à habilitação;

3 – Declara também que atende às normas relativas à saúde e segurança do trabalho, para fins do determinado no parágrafo único, art. 117, Constituição do Estado de São Paulo;

4 – Na qualidade de empregadora, não tem como Sócio, Representante, Administrador, Diretor, Gerente ou Empregado, pessoa condenada por crime ou contravenção penal, em razão da prática de atos de preconceito de raça, cor, sexo ou estado civil, ou pela adoção de práticas inibidoras, atentatórias ou impeditivas do exercício do direito à maternidade ou de qualquer outro critério discriminatório para a admissão ou permanência da mulher ou homem no emprego, nos termos da Lei Estadual nº 10.218 de 12/02/99.

Tarumã, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Representante legal  
(com carimbo da empresa)

## TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

### ESTADO DE SÃO PAULO

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ

**Contrato nº:**

**Objeto:**

**Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ**

**Contratada:**

Na qualidade de Contratante e Contratado, respectivamente, do Termo acima identificado, e, cientes do seu encaminhamento ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, para fins de instrução e julgamento, damos-nos por CIENTES e NOTIFICADOS para acompanhar todos os atos da tramitação processual, até julgamento final e sua publicação e, se for o caso e de nosso interesse, para, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito da defesa, interpor recursos e o mais que couber.

Outrossim, declaramos estar cientes, doravante, de que todos os despachos e decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais.

São Paulo, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de

\_\_\_\_\_  
Contratante

\_\_\_\_\_  
Contratada

## ANEXO VII - MEMÓRIA DE CÁLCULO